

1.000

QUESTÕES PARA A
PC-SP
ESCRIVÃO E INVESTIGADOR

SUMÁRIO

ÚLTIMA PROVA—PC-SP	11
→ PORTUGUÊS.....	11
→ DIREITO CONSTITUCIONAL	23
→ DIREITOS HUMANOS	23
→ DIREITO PENAL	24
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL	25
→ LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	26
→ DIREITO ADMINISTRATIVO	28
→ CRIMINOLOGIA.....	28
→ LÓGICA.....	30
→ INFORMÁTICA	34
PORTUGUÊS	41
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	41
→ ACENTUAÇÃO.....	42
→ ARTIGO	42
→ SUBSTANTIVO	42
→ ADJETIVO	44
→ CONJUGAÇÃO, RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	44
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	49
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	50
→ PRONOMES RELATIVOS.....	50
→ ADVÉRBIO	52
→ PREPOSIÇÃO.....	53
→ CONJUNÇÃO.....	57
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	62
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	66
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	73
→ ORAÇÕES COORDENADAS	74
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	74
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	75

→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC)	75
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	85
→ CRASE.....	90
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	93
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC)	98
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	103
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA ETC)	103
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	103

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 125

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	125
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	125
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)... 127	
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	128
→ DOS SÍMBOLOS E IDIOMA DA REPÚBLICA (ART. 13 DA CF/1988)	128
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	128
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	129
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	129
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	130
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	131
→ DOS FUNDAMENTOS DO ESTADO (ARTS. 1º A 4º DA CE-SP)	131
→ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 111 A 123 DA CE-SP)	131

DIREITOS HUMANOS..... 133

→ TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (ESTATUTO DE ROMA, DECRETO Nº 4.388/2002)	133
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	134
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	136
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	138
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	138

DIREITO PENAL..... 141

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO	141
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA.....	141
→ LUGAR DO CRIME	141
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE.....	142
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE.....	142
→ AÇÃO E OMISSÃO	142
→ NEXO DE CAUSALIDADE: TEORIAS	142

→ TENTATIVA (CRIME).....	143
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES.....	143
→ LEGÍTIMA DEFESA	143
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	143
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	143
→ IMPUTABILIDADE PENAL	143
→ CONCURSO DE PESSOAS.....	144
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	144
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	145
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	145
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	145
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149 DO CP).....	145
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP)	146
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	146
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	146
→ DO DANO (ARTS. 163 A 167 DO CP)	146
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	146
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....	147
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216 DO CP)	147
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP)	147
→ FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO (ART. 296 DO CP).....	147
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	147
→ USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP).....	147
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	147
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	148
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	151
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	151
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	152
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	152
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	153
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	153
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP).....	154
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP)	154
→ DO OFENDIDO (ART. 201 DO CPP)	155
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	155
→ DA ACAREAÇÃO (ARTS. 229 A 230 DO CPP).....	155
→ DOS DOCUMENTOS (ARTS. 231 A 238 DO CPP).....	155
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	156

→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	156
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	157
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP)	157
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP)	157
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP)	157

LEGISLAÇÃO..... 159

→ PROVIMENTO, EXERCÍCIO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS (ARTS. 11 A 86 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	159
→ DAS PENALIDADES E DE SUA APLICAÇÃO (ARTS. 251 A 263 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	159
→ DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES (ARTS. 264 A 267 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	159
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 268 A 271 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	160
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (ARTS. 274 A 307 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	160
→ DOS RECURSOS (ARTS. 312 A 314 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	160
→ DA REVISÃO (ARTS. 315 A 321 DA LEI Nº 10.261, DE 1968)	160
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	160
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	161
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	162
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIAS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	162
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	162
→ LEI Nº 13.431, DE 2017 - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE MENORES VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA	162
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LGPD)	163
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 16 DA LGPD)	163
→ LEI Nº 8.069, DE 1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B)	164
→ LEI Nº 8.072, DE 1990 - CRIMES HEDIONDOS	164
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099, DE 1995)	164
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099, DE 1995)	164
→ LEI Nº 9.296, DE 1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	165
→ LEI Nº 9.455, DE 1997 - CRIMES DE TORTURA	165
→ LEI Nº 9.503, DE 1997 - CRIMES NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (ARTS. 291 A 312-B)	165
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605, DE 1998)	165
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605, DE 1998)	166
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605, DE 1998)	166
→ LEI Nº 10.741, DE 2003 - ESTATUTO DO IDOSO (CRIMES)	166
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826, DE 2003)	166
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340, DE 2006)	167
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343, DE 2006)	167
→ LEI Nº 12.850, DE 2013 (ANTIGA LEI Nº 9.034, DE 1995) - CRIME ORGANIZADO	167
→ LEI Nº 13.869, DE 2019 (ANTIGA LEI Nº 4.898, DE 1965) - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	167

DIREITO ADMINISTRATIVO169

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	169
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	169
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	170
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	170
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	170
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	171
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	171
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	171
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	172
→ PODER REGULAMENTAR.....	172
→ PODER HIERÁRQUICO	172
→ PODER DISCIPLINAR	173
→ PODER DE POLÍCIA.....	173
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	173
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	174
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	174
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	175
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	175
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	176
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	176

CRIMINOLOGIA 177

→ CRIMINOLOGIA (CONCEITO, OBJETO, MÉTODO, FUNÇÃO, FINALIDADE).....	177
→ EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS (CLÁSSICA, POSITIVA, TERZA SCUOLA)	179
→ TEORIAS CONSENSUAIS (ECOLOGIA CRIMINAL, ANOMIA E ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL).....	180
→ TEORIAS CONFLITUAIS (ETIQUETAMENTO E CRÍTICA OU RADICAL).....	181
→ ESTATÍSTICAS CRIMINAIS (CIFRAS).....	182
→ PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	182
→ REAÇÃO AO DELITO (MODELOS CLÁSSICO, RESSOCIALIZADOR E RESTAURADOR)	184
→ VITIMOLOGIA	184
→ CONTROLE DA CRIMINALIDADE.....	186
→ TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE CRIMINOLOGIA.....	186

NOÇÕES DE LÓGICA189

→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	189
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	192
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	193

→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	195
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	198
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	200
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”	202
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	202

INFORMÁTICA 205

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	205
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	205
→ WINDOWS 10.....	205
→ WORD 2019.....	211
→ EXCEL 2019.....	212
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	214
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	215
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	215
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	218
→ FIREWALL E PROXY	219
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	220
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	220

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

1. (VUNESP – 2023) A respeito dos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da impessoalidade pode ser concretizado pelo exercício do direito de petição.
- b) O princípio da eficiência deve ser observado em relação aos serviços administrativos internos dos entes federativos.
- c) Atualmente, a Constituição Federal elenca no rol dos princípios administrativos o da efetividade.
- d) O princípio da moralidade tem aplicação restrita ao âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
- e) Entre os princípios expressos na Constituição Federal, está o da indisponibilidade do interesse público.

2. (VUNESP – 2022) A objetividade na busca pelo interesse público somada à obrigatoriedade de que o poder público não pode agir para prejudicar ou beneficiar pessoas específicas são fundamentos do princípio constitucional da

- a) legalidade.
- b) indisponibilidade.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.
- e) legitimidade.

3. (VUNESP – 2022) A Administração Pública direta ou indireta deve obedecer aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com relação ao princípio da legalidade, é correto afirmar que

- a) todos devem ser tratados de forma igualitária e respeitando o que a lei prevê.
- b) os agentes públicos devem atuar em conformidade com os princípios éticos estabelecidos por lei.
- c) todos os atos administrativos praticados por um servidor durante o desempenho das atividades deverão seguir fielmente os meandros da lei.
- d) o administrador deve exercer uma gestão produtiva, buscando as melhores alternativas, pautadas na lei, para resolução das situações.
- e) os atos públicos devem prezar pela transparência e serem veiculados para a sociedade, salvo os casos previstos em lei.

4. (VUNESP – 2022) Considere o seguinte caso hipotético: Um prefeito pagou, com seus próprios recursos, propaganda em canal de televisão em que aparecia inaugurando uma obra. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) Não foi violado nenhum princípio da Administração Pública, pois ele pagou do próprio bolso.

- b) Foi violado o princípio da impessoalidade, porque fez autopromoção.
- c) É um comportamento elogiável, já que atende ao princípio da publicidade.
- d) O princípio da moralidade só seria violado se ele ofendesse adversários na propaganda.
- e) O princípio da eficiência foi atendido, à medida que não foram usados recursos públicos na propaganda.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

5. (VUNESP – 2023) Um município brasileiro criou uma entidade da administração pública indireta, o que se coaduna com o princípio da

- a) especialidade.
- b) indisponibilidade do interesse público.
- c) supremacia do interesse público.
- d) continuidade.
- e) autotutela.

6. (VUNESP – 2022) O processo de constitucionalização do direito, nas últimas décadas, tem produzido reflexos no modo de estudo do direito administrativo, bem como a revisitação de parte de suas bases dogmáticas. A respeito do assunto, é correto afirmar que

- a) a dimensão objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais elimina o espaço de conformação dos administradores na implementação de políticas públicas.
- b) a processualização é um traço marcante da democratização da atividade administrativa, tornando obrigatória a realização de consultas públicas para a tomada de decisões que produzam efeitos difusos.
- c) o sistema de direitos fundamentais e a principiológica constitucional reforçam a necessidade de que a Administração somente aja com base em autorização em lei em sentido estrito.
- d) a ação administrativa pode ser realizada tendo por base e limite as regras e princípios constitucionais, sem que haja uma necessária intermediação do legislador para as ações e omissões da Administração.
- e) o princípio da supremacia do interesse público permanece imune a críticas, por se tratar de concepção que reconhece a prevalência do interesse coletivo frente ao individual.

7. (VUNESP – 2022) Na implementação de novas linhas do Metrô é frequente a desapropriação de imóveis, que é um processo complexo e, em geral, envolve disputas entre os moradores e o poder público, especialmente com relação ao valor desejado pelo proprietário e o que efetivamente o governo paga. Não havendo acordo, a justiça deve ser acionada.

Entretanto, o proprietário não pode negar a venda do seu imóvel ao poder público para fins de desapropriação devido ao

- projeto de alto impacto e de amplo interesse social.
- princípio implícito da supremacia do poder público.
- princípio explícito da legalidade que outorga o poder público à preferência.
- princípio implícito da razoabilidade no qual se deve priorizar ações governamentais.
- propósito explícito de uma desapropriação, ou seja, o bem comum.

8. (VUNESP – 2022) Dentre os princípios implícitos da Administração Pública, é correto afirmar que o princípio da Supremacia do Interesse Público

- garante que os interesses coletivos devem ter prioridade perante os interesses do particular na execução das atividades da Administração Pública.
- busca controlar e limitar a utilização do poder pelo Estado, respeitando e garantindo os direitos naturais dos cidadãos.
- proíbe os excessos na execução das atividades públicas, visando impedir o uso desnecessário dos recursos e bens públicos.
- garante à Administração Pública o poder de se autorregular, revogando ou anulando seus próprios atos.
- exige que todos os atos administrativos exercidos pelo agente público devem ser justificados.

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

9. (VUNESP – 2023) Tradicionalmente, buscam-se distinguir os atos administrativos, ligados à função administrativa, dos atos de governo, relacionados à função política. Historicamente, pode-se dizer que esta dicotomia se justificava pelo seguinte objetivo, que não mais se coaduna integralmente com a vigente ordem constitucional:

- distinguir os atos realizados para atingimento do interesse público em sentido primário e sentido secundário.
- afastar os atos de governo (atos políticos) do controle judicial aplicável aos atos administrativos.
- identificar os atos sujeitos à legalidade estrita e os atos sujeitos à legalidade em sentido comum.
- distinguir entre atos de direito público interno e os atos de direito público internacional.
- afastar os atos administrativos do controle político aplicável aos atos de governo.

→ MÉRITO ADMINISTRATIVO

10. (VUNESP – 2023) A respeito da discricionariedade administrativa, assinale a alternativa correta.

- Os atos administrativos discricionários, em regra, não estão sujeitos ao controle judicial.
- A teoria dos motivos determinantes pode ser utilizada para o controle de atos discricionários e propugna que a validade do ato administrativo depende da correspondência entre os motivos nele expostos a existência concreta dos elementos que ensejaram a sua edição.
- Em razão do princípio da supremacia da Constituição, admite-se que o controle judicial sobre os atos discricionários alcance os seus aspectos legais, como igualmente a validade do juízo de conveniência e oportunidade exercido pelo administrador.

- Em regra, a doutrina identifica como elementos discricionários do ato administrativo a competência, o motivo e o objeto. Dessa forma, os vícios nesses elementos dos atos administrativos são passíveis de convalidação.
- A discricionariedade técnica, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não produz reflexo na forma como o Poder Judiciário exerce o controle externo sobre os atos emitidos por agências reguladoras independentes.

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

11. (VUNESP – 2022) As chamadas competências administrativas representam os limites do poder conferido aos órgãos públicos para o desempenho de suas missões institucionais. Neste contexto, é correto afirmar que

- as competências conferidas por lei são indelegáveis.
- a violação das competências pelo agente público pode representar excesso ou desvio de poder, podendo acarretar a nulidade ou anulabilidade do ato administrativo.
- a omissão da Administração no exercício de competência específica não caracteriza abuso de poder.
- as competências definidas em lei são irrenunciáveis, salvo nos casos de delegação e avocação.
- será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.

12. (VUNESP – 2022) O conteúdo material do ato administrativo, por meio do qual a Administração Pública cria, modifica ou comprova determinadas relações jurídicas que digam respeito a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação do Poder Público, é o requisito

- forma.
- finalidade.
- motivo.
- competência.
- objeto.

13. (VUNESP – 2022) A respeito dos atos administrativos no direito administrativo brasileiro, é correto afirmar que

- se aplica a teoria da aparência aos atos administrativos, quando se espera do Poder Público atuação no sentido de conferir aparência de legalidade a atos evadidos de vícios insanáveis.
- a forma dos atos administrativos será sempre prescrita em lei em sentido estrito, devendo o agente público zelar pela sua fiel observância.
- a finalidade do ato é o conjunto de razões de fato e de direito que impõem ou autorizam a prática do ato administrativo, devendo ser exteriorizada pelo agente público.
- a competência administrativa corresponde à possibilidade ou ao dever legal de agir, atribuído a um dado agente público, para fins de atender à finalidade prevista na lei.
- os atos administrativos são sempre considerados como vinculados, na medida em que devem estrita obediência à lei.

14. (VUNESP – 2022) Assinale a alternativa correta a respeito da competência administrativa.

- Capacidade e competência são institutos distintos, sendo esta um pressuposto para o exercício daquela, tendo em vista o desempenho de funções públicas.

- b) É característica do exercício da competência administrativa a possibilidade de sua renúncia por parte do titular em favor de seu subordinado, tendo por fundamento a discricionariedade administrativa.
- c) A avocação transfere o exercício da competência do órgão inferior para o órgão superior na cadeia hierárquica, enquanto a delegação transfere o exercício de competência do órgão superior para o inferior.
- d) A delegação vertical é o deslocamento da competência do órgão ou agente inferior para o órgão ou agente superior, e a horizontal ocorre entre órgãos ou agentes de mesma hierarquia.
- e) No âmbito do processo administrativo, a delegação de competência se limita às hipóteses de edição de atos normativos e ao julgamento de recursos administrativos.

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

15. (VUNESP – 2023) Atribuída para os atos administrativos torna-os cogentes, obrigatórios para aqueles a quem se destinam, estabelecendo para estes, independentemente de qualquer concordância, obrigações que deverão ser adimplidas.

É correto afirmar que o enunciado se refere ao

- a) atributo do ato administrativo denominado de imperatividade.
- b) requisito do ato administrativo denominado de competência.
- c) atributo do ato administrativo denominado de autoexecutoriedade.
- d) requisito do ato administrativo denominado de motivo.
- e) atributo do ato administrativo denominado de competência.

16. (VUNESP – 2022) Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A presunção de veracidade se aplica aos atos privados da Administração Pública.
- b) A imperatividade constitui na prerrogativa de a Administração Pública executar, diretamente, os seus atos, independentemente da manifestação do Poder Judiciário.
- c) A presunção de veracidade não implica na inversão do ônus da prova, pois o cidadão tem o direito de exigir sempre que a autoridade pública comprove que está agindo de acordo com o princípio da legalidade.
- d) Prevalece na doutrina o entendimento de que a autoexecutoriedade prescinde prévia autorização legislativa ou a caracterização de situação emergencial.
- e) A autoexecutoriedade autoriza a Administração a, em determinados casos, utilizar de forma moderada a força para viabilizar a execução do interesse público.

17. (VUNESP – 2022) A prerrogativa de a Administração executar diretamente a sua vontade, independentemente de manifestação do Poder Judiciário, corresponde ao conceito de

- a) discricionariedade.
- b) imperatividade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) poder de polícia.
- e) presunção de legitimidade.

18. (VUNESP – 2022) Ante a inevitabilidade de sua execução, porquanto reúne sempre poder de coercibilidade para aqueles a que se destinam.

Assinale a alternativa que contempla o atributo do ato administrativo a que se refere o enunciado.

- a) Legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Legalidade.
- d) Autoexecutoriedade.
- e) Veracidade.

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

19. (VUNESP – 2023) Na interdição de um estabelecimento pela Administração Pública, tem-se um exemplo de ato administrativo

- a) interno.
- b) de império.
- c) de expediente.
- d) de gestão.
- e) enunciativo.

20. (VUNESP – 2022) Quando a Administração Pública aluga um imóvel de propriedade de uma pessoa física, o respectivo ajuste caracteriza um

- a) ato administrativo simples.
- b) contrato administrativo.
- c) ato negocial.
- d) ato de governo.
- e) ato da administração.

21. (VUNESP – 2022) Considere que Pedro praticou um ato administrativo que concluiu seu ciclo de formação, com a presença de todos os seus elementos, em compatibilidade com a lei e sujeito a condição suspensiva. É correto afirmar que este ato é

- a) perfeito, válido e ineficaz.
- b) complexo, válido e ineficaz.
- c) composto, válido e eficaz.
- d) perfeito, válido e eficaz.
- e) composto, inválido e ineficaz.

→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)

22. (VUNESP – 2023) Com relação à anulação e revogação do ato administrativo, é correto afirmar que

- a) a Administração Pública poderá revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitando direitos adquiridos, operando efeitos futuros.
- b) a Administração Pública poderá revogar seus próprios atos vinculados, fundada na conveniência e oportunidade, operando efeitos futuros, respeitando direitos adquiridos.
- c) o Poder Judiciário poderá revogar seus próprios atos vinculados, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitando direitos adquiridos, não operando efeitos futuros.
- d) a Administração Pública poderá anular seus próprios atos vinculados, fundada na conveniência e oportunidade, operando efeitos futuros, respeitando direitos adquiridos.

- e) o Poder Judiciário poderá anular seus próprios atos vinculados, fundada na conveniência e oportunidade, operando efeitos futuros, respeitando direitos adquiridos.

23. (VUNESP – 2022) O ato administrativo normativo que regula direitos e deveres do administrado, se praticado por autoridade incompetente

- a) deve ser revogado.
b) é vinculante.
c) é inválido.
d) deve ser convalidado.
e) deve ser revalidado.

24. (VUNESP – 2022) No tocante aos atos administrativos discricionários, é correto afirmar que

- a) sua anulação baseia-se nos critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
b) se revestem da presunção de legitimidade e veracidade, não podendo ser anulados pela Administração Pública.
c) podem ser expedidos livremente pela Administração Pública, uma vez que esse tipo de ato permite ao administrador fazer tudo o que a lei não veda.
d) não podem ser revogados pelo Poder Judiciário, apenas pela própria Administração Pública.
e) são expedidos com base na conveniência e oportunidade, não podendo o Poder Judiciário rever os seus pressupostos formais ou materiais.

25. (VUNESP – 2022) O restaurante “Amigão Grill” obtém da Prefeitura autorização para uso da calçada em frente ao estabelecimento, para fins de colocação de mesas e cadeiras de uso pelos clientes do restaurante. Dois meses após a concessão da autorização, sobrevém legislação municipal proibindo o uso privativo de calçadas por estabelecimentos comerciais. Nesta situação, é correto afirmar que a extinção do ato administrativo de autorização ocorrerá por força da

- a) caducidade.
b) revogação.
c) cassação.
d) anulação.
e) encampação.

→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

26. (VUNESP – 2023) O poder exercido pelo administrador público e relacionado a sua atuação, onde ele tem liberdade para agir, podendo assim optar, dada a conveniência e oportunidade, é denominado poder

- a) disciplinar.
b) de polícia.
c) regulamentar.
d) discricionário.
e) vinculado.

→ PODER REGULAMENTAR

27. (VUNESP – 2023) Considerando os poderes administrativos, é correto afirmar que o mandado de injunção está diretamente relacionado à omissão no exercício do poder

- a) hierárquico.
b) disciplinar.
c) regulamentar.
d) de polícia.
e) discricionário.

28. (VUNESP – 2022) Considerando os princípios e normas constitucionais atinentes à Administração Pública, na hipótese de o Presidente da República pretender dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, é correto afirmar que

- a) deverá fazê-lo por meio de lei ordinária, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, mas poderá, por decreto, extinguir funções ou cargos públicos, quando vagos.
b) poderá fazê-lo por meio de decreto, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e também poderá, por decreto, extinguir funções ou cargos públicos, quando vagos.
c) deverá fazê-lo por meio de lei complementar, quando implicar aumento de despesa e criação ou extinção de órgãos públicos e também poderá, por decreto, extinguir funções ou cargos públicos, quando vagos.
d) deverá fazê-lo por meio de lei ordinária, quando implicar aumento de despesa e criação ou extinção de órgãos públicos e poderá, desde que por lei complementar, extinguir funções ou cargos públicos, vagos ou não.
e) poderá fazê-lo por meio de decreto, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e também poderá, desde que por meio de lei, extinguir funções ou cargos públicos, quando vagos.

→ PODER HIERÁRQUICO

29. (VUNESP – 2022) No que concerne ao poder hierárquico, é correto afirmar:

- a) Está alicerçado no jus puniendi do Estado, autorizando-se a impor ao particular e ao servidor a vontade da Administração.
b) Alicerça a atuação da Administração em relação ao particular, limitando-se à fiscalização das atividades de órgãos inferiores.
c) As prerrogativas de delegar e avocar atribuições não decorrem deste poder, assim como dar ordens, fiscalizar e rever atividades de órgãos inferiores.
d) É o que detém a Administração para a sua organização estrutural, o que escalona seus órgãos e reparte suas funções.
e) Está alicerçado no jus punitiois do Estado, autorizando-se a impor ao servidor e ao particular a vontade da Administração.

30. (VUNESP – 2022) A respeito da hierarquia no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) A hierarquia é uma característica encontrada não apenas na função administrativa, mas também nas funções típicas do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.
b) O poder hierárquico confere ao agente público superior hierarquicamente a possibilidade de anular os atos dos subordinados, quando ilegais, ou revogá-los por conveniência e oportunidade, nos termos da legislação.
c) Há relação de hierarquia entre a Administração Direta e as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta.